

JUDICIÁRIO

Dino suspende R\$ 671 milhões em emendas

Ministro segue parecer da CGU, que avaliou 10 cidades e nas quais nove tinham irregularidades — como obras paralisadas, superfaturamento e falta de documentação

» WAL LIMA

Rosinei Coutinho/SCO/STF



O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, que o governo federal suspenda os repasses de emendas parlamentares para municípios nos quais a Controladoria-Geral da União (CGU) apontou “indícios de crimes”. Foram suspensos os repasses para nove das 10 cidades que mais receberam as chamadas “emendas Pix”, entre 2020 e 2024, num total de R\$ 671 milhões — apesar de terem recebido neste período aproximadamente R\$ 17,5 bilhões.

Dino determinou, também, que a Polícia Federal (PF) seja notificada sobre as conclusões da CGU para abrir novos inquéritos ou complementar investigações em curso. “A instauração dos inquéritos deverá ser realizada por estado, a fim de apurar a eventual prática dos seguintes ilícitos penais: prevaricação, desobediência a ordem judicial, emprego irregular de verbas públicas, peculato, corrupção, entre outros que se revelem no curso das investigações”, detalha o ministro na decisão.

Das cidades que passaram pelo crivo da CGU, apenas São Paulo escapou. Nas outras nove localidades, foram encontrados problemas graves, como obras paralisadas (São Luiz do Anauá/RR); ausência de documentos comprobatórios (Sena Madureira/AC); superfaturamento (Rio de Janeiro e Macapá); contratação de empresas sem capacidade técnica (Coração de Maria/BA); e até desvio do objeto da execução contratual (Camaçari/BA). As cidades de Carapicuíba (SP), Iracema (RR) e São João de Meriti (RJ) também apresentaram irregularidades.

Na mesma decisão, Dino mandou a CGU continuar as auditorias — justificou que o trabalho é necessário para “separar o joio do trigo, evitar injustiças, possibilitar o exercício pleno do direito de defesa e aplicar as sanções cabíveis após o devido processo legal”. afirmou, ainda, que o objetivo é “evitar qualquer embaraço indevido às prerrogativas parlamentares, seguindo-se o declínio às instâncias ordinárias quando for o caso e no momento adequado”.

As irregularidades foram identificadas em uma auditoria da CGU, solicitada por Dino em agosto, no âmbito da decisão emitida por conta da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 854). O ministro também analisa

denúncias apresentadas por organizações da sociedade civil, como Transparência Brasil, Associação Contas Abertas e Transparência Internacional-Brasil.

O Tribunal de Contas da União (TCU) havia informado ao STF sobre R\$ 85,4 milhões transferidos, atendendo a 148 emendas individuais sem plano de trabalho cadastrado, o que impede a fiscalização adequada da aplicação dos recursos. Outros 685 projetos, somando mais de R\$ 540 milhões,

Manobra parlamentar

As “emendas Pix” são uma forma de destinação de recursos públicos, criada por alguns parlamentares, que utiliza o sistema de pagamentos instantâneos para transferir verbas de emendas parlamentares diretamente para as contas de cidadãos ou entidades. Essa modalidade surgiu como uma maneira de flexibilizar o repasse de verbas das emendas, que tradicionalmente seguem um trâmite burocrático, com a liberação de fundos para projetos específicos de prefeituras, estados ou outras entidades. No caso das “emendas Pix”, o dinheiro é enviado diretamente para a conta bancária do beneficiário final, seja uma pessoa física ou jurídica. Essa prática levantou debates e preocupações sobre a transparência e a fiscalização do uso do dinheiro público, já que o rastreamento dos recursos pode se tornar mais difícil e o objetivo final da transferência, menos claro.

sequer tiveram plano de trabalho registrado no sistema de acompanhamento, mas permanecem previstos no Orçamento. Por conta disso, Dino determinou que a PF apure possíveis ilícitos, como peculato, corrupção, prevaricação e emprego irregular de verbas públicas.

Depois da decisão do ministro, algumas prefeituras se manifestaram. A de São João de Meriti (RJ) afirmou que a investigação diz respeito à antiga gestão e que os bloqueios “irão impactar de

forma significativa o funcionamento de serviços essenciais”. A prefeitura de Sena Madureira também colocou a culpa na gestão anterior e disse querer que “os culpados sejam punidos”.

Depois que assumiu a relatoria da ADPF 854, Dino tem adotado sucessivas medidas para conter o uso indiscriminado das chamadas “emendas Pix”. Em fevereiro, por exemplo, o ministro determinou que a CGU auditasse cerca de R\$ 469 milhões em repasses sem plano de trabalho cadastrado. Em abril, ele deu prazo de 90 dias para estados e municípios prestarem contas de mais de 6,2 mil emendas enviadas, entre 2020 e 2023, que não tinham os padrões mínimos de transparência.

As decisões do ministro sobre as “emendas Pix” também provocaram um impasse entre o Judiciário e o Legislativo. Em 2024, Dino já havia suspendido repasses depois de notificações ao TCU e à Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre indícios de irregularidades. A medida, confirmada por unanimidade pelo STF, gerou resistência entre os parlamentares.

Extremista xinga e cospe na filha de Fachin

» IAGO MAC CORD*

A professora e diretora do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Melina Fachin — filha do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin —, foi agredida verbal e fisicamente no campus da instituição, na sexta-feira passada. O agressor, ainda não identificado, chamou-a de “lixo comunista” e cuspiu nela, ao deixar a faculdade de Direito do campus.

O advogado e marido da professora, Marcos Gonçalves, classificou o ocorrido como uma “agressão covarde”, em comunicado divulgado nas redes sociais. Segundo ele, um homem branco aproximou-se e desferiu a cusparada, enquanto a xingava. Melina não se pronunciou sobre o episódio.

“Essa violência é fruto da irresponsabilidade e da vilania de todos aqueles que se alinharam com o discurso de ódio propalado desde o esgoto do radicalismo de extrema direita, que pretende eliminar tudo que lhe é distinto”, criticou o marido da filha de Fachin.

Marcos relacionou o ataque a um episódio anterior de tensão na universidade, ocorrido na terça-feira. Naquele dia, estudantes bloquearam o acesso ao prédio do Direito da UFPR para impedir a

realização de um evento intitulado “Como o STF tem alterado a interpretação constitucional”. O painel havia sido organizado por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, em meio ao julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a trama golpista.

A universidade cancelou o encontro, mas, apesar disso, o vereador Guilherme Kilter (Novo) e o advogado bolsionista Jeffrey Chiquini tentaram entrar no local. O Departamento de Ciências Jurídicas da UFPR informou que, mesmo após o cancelamento e a orientação expressa da vice-direção, os palestrantes forçaram a entrada.

Além disso, forças de segurança pública invadiram o prédio “indevidamente e atuaram de forma desproporcional”, mesmo sem terem sido acionadas. Embora Melina não estivesse presente, o vereador notificou judicialmente a professora e o reitor da UFPR para prestarem esclarecimentos sobre o cancelamento do evento.

A comunidade universitária e outras entidades prestaram solidariedade à professora. O Centro de Estudos da Constituição da UFPR publicou uma nota afirmando que Melina foi alvo de “violência física e verbal em uma clara tentativa de intimidação, por ato covarde que atinge os valores de liberdade

Reprodução/Instagram pessoal



Ataque à professora aconteceu sexta-feira. Agressor não foi identificado

e democracia”. A nota também ressaltou que “não se trata de um episódio isolado”, mas de um “sintoma grave da intolerância e do autoritarismo”.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também repudiou a agressão, enfatizando a necessidade de respeito às liberdades, ao pluralismo e à convivência pacífica no espaço acadêmico. A UFPR informou que o caso será debatido,

hoje, na reunião do Conselho de Planejamento e Administração da universidade.

O ministro Edson Fachin, pai da professora, não integra a Primeira Turma do STF, que condenou Bolsonaro e outros sete réus na semana passada. Ele assume a presidência da Corte em 29 de setembro.

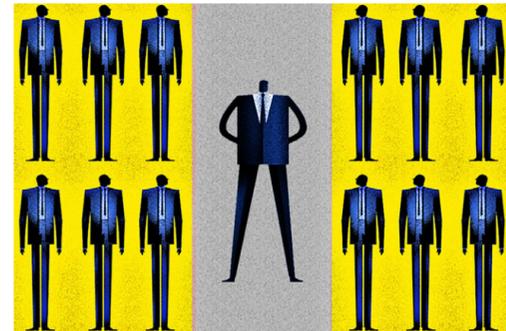
*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Mesmo condenado, Bolsonaro ainda pauta agenda política

Menos de uma semana depois de ter sido condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros quatro crimes, o ex-presidente Jair Bolsonaro segue ditando a pauta política em Brasília. Embora em prisão domiciliar, continua articulando com aliados para reverter o efeito de sua condenação. Ontem, sua defesa pediu ao ministro Alexandre de Moraes autorização para receber visitas de lideranças estratégicas, entre elas o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o relator do projeto de anistia na Câmara, deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE), que já apresentou parecer favorável à medida.

Bolsonaro conserva a capacidade de mobilizar sua base parlamentar e tensionar as instituições. Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta de anistia avança com o apoio do PL e de setores do Centrão, sob a narrativa de “pacificação nacional”. Mas, na prática, funciona como um instrumento para esvaziar a decisão histórica do STF e abrir caminho para sua reabilitação política.

O governo percebeu a gravidade da ofensiva e intensificou as articulações para barrar o projeto. Também ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se no Palácio da Alvorada com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), em encontro não registrado na agenda oficial. Segundo relatos, Lula reiterou sua posição contrária à anistia e cobrou que o Legislativo não edosse uma medida que, em sua visão, desmoraliza o Judiciário.

Ao mesmo tempo, buscou manter abertas as pontes de negociação ao tratar de pautas econômicas de interesse direto da população, como a medida provisória que amplia a tarifa social de energia elétrica e o projeto que isenta de Imposto de Renda quem recebe até R\$ 5 mil. O Palácio do Planalto depende de Motta para mudar a pauta da Câmara e virar a página da anistia, a partir de uma negociação no senado, para aprovação de um projeto de redução das penas dos condenados de 8 de Janeiro. O problema é que onde passa boi, passa boiada.

Ambiente deteriorado

A relação entre o Congresso e o Supremo ganhou nova fonte de atrito depois da decisão do ministro Flávio Dino de suspender os repasses das chamadas “emendas Pix”. Usadas para transferir recursos federais diretamente a estados e municípios, essas emendas movimentaram R\$ 17,5 bilhões entre 2020 e 2024, sem rastreabilidade adequada. Auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) apontou irregularidades em nove cidades, que vão de superfaturamento e desvios de objeto, até falhas graves de transparência. Dino não apenas bloqueou os recursos, como acionou a Polícia Federal (PF) para investigar, escancarando um esquema que vinha funcionando como válvula de escape orçamentária para parlamentares.

A medida reforça o discurso de combate à corrupção e atende às exigências de transparência fixadas pelo STF desde 2024, mas provocou forte reação no Congresso, que se vê privado de um instrumento fundamental de barganha política. A suspensão das emendas pode isolar o governo em votações estratégicas, inclusive na própria batalha contra a anistia.

Enquanto isso, no cenário internacional, a pressão norte-americana cresce. O secretário de Estado, Marco Rubio, classificou os ministros do STF como “juízes ativistas” e prometeu anunciar, em breve, medidas adicionais contra o Brasil, em resposta à condenação de Bolsonaro. Em entrevista à Fox News, chegou a acusar a Corte de tentar punir cidadãos americanos de forma extraterritorial.

Donald Trump reforçou o discurso, chamando a decisão de “terrível” e demonstrando insatisfação com o julgamento. Essa combinação de vozes republicanas não apenas fortalece Bolsonaro no discurso interno de perseguição política, como também ameaça o país com sanções que podem atingir setores estratégicos da economia e comprometer relações comerciais de peso.

O resultado é um ambiente político deteriorado: Bolsonaro, mesmo condenado, segue como polo de atração da oposição, orientando a agenda do Congresso e provocando reações do Executivo e do Judiciário. Lula busca resistir sem romper com a Câmara. Dino investe na transparência e enfrenta a ira parlamentar. E o STF tenta preservar a autoridade de sua decisão histórica. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos intervêm abertamente, sinalizando que o futuro das relações bilaterais dependerá do destino político de Bolsonaro.

A tese de “pacificação nacional” é defendida pela base bolsionista como um eufemismo para a impunidade. A democracia brasileira vive mais uma encruzilhada: aceitar uma anistia que relativiza o crime de golpe de Estado ou enfrentar o risco de radicalização e instabilidade institucional, no qual a governabilidade do país está sendo posta à prova.

A “PACIFICAÇÃO NACIONAL” É DEFENDIDA PELOS BOLSONARISTAS COMO EUFEMISMO PARA IMPUNIDADE